



RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Fundação Dr. Francisco Cruz
Morada	Rua Dr. Francisco Cruz
Código postal	2260-226 Praia do Ribatejo
Localidade	Praia do Ribatejo - Vila Nova da Barquinha

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500122229
Classificação de atividade económica (CAE)	87301
Conservatória	Vila Nova da Barquinha

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

Vem o Conselho de Administração da Fundação Dr. Francisco Cruz, apresentar o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. Administração

Iniciou funções em 5 de Junho de 2018 o Conselho de Administração, formada por:

Maria Manuela de Jesus Inácio Maia Aranha;
Adelino dos Santos Amaral;
Benjamim dos Santos Abalada Reis;
Ana Maria Santarém da Cruz Portela Moreira;
José Augusto Martinha Anacleto Pimenta.

1.2. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/22	31/dez/21	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	69 436	65 173	4 263	6,54%
Fornecimentos e serviços externos	226 741	215 463	11 279	5,23%
Gastos com o pessoal	539 756	569 028	-29 273	-5,14%
Gastos de depreciação e de amortização	18 480	21 652	-3 172	-14,65%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	354	344	11	3,06%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	100,00%
TOTAL	854 768	871 661	-16 893	-1,94%

1.3. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/22	31/dez/21	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0,00%
Prestações de serviços	451 118	444 467	6 651	1,50%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	385 926	357 450	28 476	7,97%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	10 375	11 091	-716	-6,46%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0,00%
TOTAL	847 419	813 007	34 411	4,23%

Foram concedidos à Fundação os seguintes subsídios, doações e legados à exploração:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/22	31/dez/21
ISS, IP Centro distrital de Santarém - Acordos de cooperação	385 926	329 166
IEFP - Estágios	-	-
POPH - Formação	-	-
Outros subsídios	-	-
Donativos	6 865	10 788
TOTAL	392 792	339 954

1.4. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/22	31/dez/21	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	11 130	-37 001	48 131	130,08%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-7 350	-56 553	49 203	87,00%
Resultado financeiro	0	0	0	0,00%
Resultado antes de impostos	-7 350	-56 553	49 203	87,00%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	-7 350	-56 553	49 203	87,00%

1.5. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/22	31/dez/21	Δ Valor	Δ %
Fundos	261 506	261 506	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	539 822	597 410	-57 588	-9,64%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	11 891	12 952	-1 062	-8,20%
Resultado líquido do período	-7 350	-56 553	49 203	87,00%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

Evolução previsível da atividade

A atividade terá um incremento em virtude da atualização das mensalidades dos utentes da “Estrutura Residencial para Idosos” e do aumento das comparticipações do ISS.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização**4.1. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:**

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/22	31/dez/21
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	0,21	0,17
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	5,70	6,94
Solvabilidade	Fundo Patrimonial/ Passivo total	4,70	5,94
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,82	0,86

4.2. A análise da liquidez (equilíbrio financeiro) é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/22	31/dez/21
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	3,18	3,69
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	3,16	3,67
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	3,02	3,48

5. Dívidas à Administração Fiscal, à Segurança Social e a outras entidades

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública. Quanto às entidades privadas estão a ser cumpridos os prazos de pagamento.

6. Estrutura do quadro de pessoal

ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL	31-dez-22	31-dez-21
Contratos a termo	4	8
Contratos sem termo	38	35
TOTAL	42	43

7. Despesas com pessoal e administração

As despesas com pessoal e administração, face ao rendimento global, apresentam a seguinte relação:

Fórmula	31/dez/22	31/dez/21
Despesas com pessoal e administração / Rendimentos anuais	0,64	0,70

8. Alienação de bens que integram o património inicial da Fundação

Não foi efetuada qualquer alienação de bens que integram o património inicial da Fundação.

9. Aplicação de resultados

Face ao exposto anteriormente, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 7.349,64 € negativos (sete mil, trezentos e quarenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos) seja concretizado em resultados transitados.

10. Considerações Finais

Existiram condicionalismos nacionais de que são exemplo: a redução de rendimentos das pessoas, a redução de juros em aplicações financeiras detidas pela instituição e o aumento generalizado da inflação.

No decorrer deste ano o Conselho de Administração procurou fazer uma gestão rigorosa e cuidada de acordo com o cumprimento dos estatutos e testamento do fundador.

11. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a colaboração prestada por todos os funcionários e demais parceiros que com ela se relacionaram.

Praia do Ribatejo, 11 de Abril de 2023

O Conselho de Administração

Romeu Luis Sordim de Cruz Castelo Branco
 José Augusto e. A. Almeida

01.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ

Anexo

2022

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Inventários	11
7	Rédito	11
8	Subsídios, doações e legados à exploração	12
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras Informações	12
11.1	Investimentos Financeiros	13
11.2	Clientes e Utentes	13
11.3	Outras contas a receber	13
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.5	Fundos Patrimoniais	14
11.6	Fornecedores	14
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.8	Outras Contas a Pagar	15
11.9	Fornecimentos e serviços externos	15
11.10	Outros rendimentos e ganhos	16
11.11	Outros gastos e perdas	16
11.12	Acontecimentos após data de Balanço	16



1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ" é uma instituição particular sem fins lucrativos, fundação de solidariedade social, criada no cumprimento de disposição testamentária de Dr. Francisco Cruz, elaborada e aprovada em 17 de novembro de 1962 no 2º Cartório da Secretaria Notarial de Évora, com sede em Rua Dr. Francisco da Cruz, 2260 – 226 Praia do Ribatejo. NIF 500122229.

Desenvolve a sua atividade nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 Julho;
- NCRF-ESNL – Portaria N. 218/2015 de 23 Julho;

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.



3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

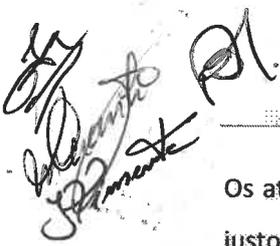
A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados

não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos



termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor – Autoridade Tributária e Aduaneiras, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2021					Saldo em 31-Dez-21
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	603 325,75	-	-	-	-	603 325,75
Equipamento básico	144 426,78	311,84	-	-	-	144 738,62
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	174 785,70	-	-	-	-	174 785,70
Outros activos fixos tangíveis	28 573,07	-	-	-	-	28 573,07
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	1 105 172,12	8 410,54				1 105 483,96
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	267 624,71	12 957,45	-	-	-	280 582,16
Equipamento básico	128 815,89	4 124,00	-	-	-	132 939,89
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	169 266,07	1 830,22	-	-	-	171 096,29
Outros activos fixos tangíveis	22 410,20	640,51	-	-	-	23 050,51
	654 641,03	19 551,98				674 193,01

	31 de Dezembro de 2022					Saldo em 31-Dez-22
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	603 325,75	-	-	-	-	603 325,75
Equipamento básico	144 738,62	-	-	-	-	144 738,62
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	174 785,70	2 911,74	-	-	-	177 697,44
Outros activos fixos tangíveis	28 573,07	-	-	-	-	28 573,07
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	1 105 483,96	2 911,74				1 108 395,70
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	280 582,16	12 957,45	-	-	-	293 539,61
Equipamento básico	132 939,89	2 669,47	-	-	-	135 609,36
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	171 096,29	2 212,86	-	-	-	173 309,15
Outros activos fixos tangíveis	23 050,51	640,32	-	-	-	23 690,83
	674 193,01	18 480,10				692 673,11

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2021 e 2022, foram os seguintes:

	31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições/ Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-21
Propriedade investimento - Terrenos	8 515	-	-	-	-	8 515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	8 515	-	-	-	-	8 515

	31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições/ Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-22
Propriedade investimento - Terrenos	8 515	-	-	-	-	8 515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	8 515	-	-	-	-	8 515

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,369.74	65,694.38	0.00	1,890.70	70,042.28	0.00	2,496.49	
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00	
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00	
Total	1,369.74	65,694.38	0.00	1,890.70	70,042.28	0.00	2,496.49	
Custo Mat. Consumidas	69,333.77			65,173.42			69,436.49	

7 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2022
Vendas	0.00	0.00
Prestação de Serviços		
Mensalidades / utentes - clientes	444,466.88	451,117.63
Quotas e joias	0.00	0.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	743.38	716.17
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
Total	445,210.26	451,833.80

8 Subsídios doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios doações e legados à exploração":

	31/dez/21	31/dez/22
Subsídios do estado e outros entes públicos	349 706	379 061
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	7 744	6 865
Outros subsídios	-	-
	357 450	385 926

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço em 31/12/2021 foi de 43 e em 31/12/2022 foi de 42.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	459,453.15	436,401.08
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	102,811.31	97,209.71
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5,274.49	5,529.93
Gastos de Ação Social	11.29	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	30.00	615.00
Total	569,028.24	539,755.72

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2022
Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros	6,654.48	8,217.50
Perdas por Imparidade Acumuladas	0.00	0.00
Total	6,654.48	8,217.50

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	15,544.00	15,193.41
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes Adiantamentos		
Clientes		
Utentes	-12,644.12	-13,623.12
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	2,899.88	1,570.29

Nos períodos de 2021 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2022
Clientes		
Utentes	177,06	177,06
Total	177,06	177,06

11.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	981.17	903.63
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	5,324.32	5,836.58
Outras operações	0.00	0.00
Outros Devedores	117.30	267.30
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	6,422.79	7,007.51

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2022
Caixa	1,478.36	926.80
Depósitos à ordem	208,517.02	288,930.28
Depósitos a prazo	227,600.00	227,700.00
Outros		
Total	437,595.38	517,557.08

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o ano de 2022:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	261,505.79	0.00	0.00	261,505.79
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	597,409.99	0.00	-57,588.46	539,821.53
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	12,952.28	0.00	-1,061.69	11,890.59
Total	871,868.06	0.00	-58,650.15	813,217.91

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Fornecedores c/c	24,423.93	30,079.89
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	24,423.93	30,079.89

O saldo da rubrica de "Adiantamento a Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Adiantamento a Fornecedores	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

Estes adiantamentos estão explicados na rubrica resultados transitados.



11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3,465.54	2,036.88
Outros Impostos e Taxas	124.95	119.64
Total	3,590.49	2,156.52
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2,841.00	2,938.00
Segurança Social	11,041.76	11,758.35
Outros Impostos e Taxas	112.74	0.00
Total	13,995.50	14,696.35

11.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0.00		0.00
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		202.84		29.88
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		4,028.21		4,028.21
Credores por acréscimo de gastos		78,141.96		74,551.73
Outros credores		1,980.72		6,999.40
Total	0.00	84,353.73	0.00	85,609.22

11.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2021	2022
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	101,302.69	111,136.35
Materiais	6,991.78	9,761.53
Energia e fluidos	60,325.77	65,174.23
Deslocações, estadas e transportes	7,185.98	7,546.94
Serviços diversos	39,656.44	33,122.41
Total	215,462.66	226,741.46

11.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Rendimentos Suplementares	1,703.01	1,193.75
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	7,582.62	7,402.88
Outros rendimentos e ganhos	1,805.07	1,778.11
Total	11,090.70	10,374.74

11.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Impostos	47.47	47.47
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dívidas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	1.50	12.01
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	295.00	295.00
Total	343.97	354.48

11.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Praia do Ribatejo, 31 de Dezembro de 2022

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ
Rua Dr. Francisco da Cruz – 2260 226 Praia do Ribatejo
NIF:500122229

16

Fundação Dr. Francisco Cruz
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2022
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	415 722,59	431 290,95
Propriedades de investimento	5	8 514,93	8 514,93
Outros activos financeiros	11	8 217,50	6 654,48
Activos por impostos diferidos	12	-	-
Total dos Activos Não Correntes		432 455,02	446 460,36
Inventários	13	2 496,49	1 890,70
Clientes	14	15 016,35	15 680,80
Estado e outros entes públicos	16	2 156,52	3 590,49
Outras contas a receber	17	7 007,51	6 422,79
Diferimentos	18	658,40	1 041,75
Activos financeiros detidos para negociação	19	-	40 000,00
Caixa e depósitos bancários	22	517 557,08	437 595,38
Total dos Activos Correntes		544 892,35	506 221,91
		977 347,37	952 682,27
Fundo Patrimonial			
Fundos	23	261 505,79	261 505,79
Resultados transitados	26	539 821,53	597 409,99
Outras variações nos fundos patrimoniais	28	11 890,59	12 952,28
Resultado líquido do exercício		(7 349,64)	(56 552,89)
Total dos Capitais Próprios		805 868,27	815 315,17
Passivo			
Financiamentos obtidos	30	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	32	30 079,89	24 423,93
Adiantamento de clientes	33	13 623,12	12 644,12
Estado e outros entes públicos	16	14 696,35	13 995,50
Outras contas a pagar	34	85 609,22	84 353,73
Diferimentos	28	27 470,52	1 949,82
Total dos Passivos Correntes		171 479,10	137 367,10
Total do Passivo		171 479,10	137 367,10
		977 347,37	952 682,27

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Para: Paulo Sordani de Cruz Presidente
 José Augusto A. Lima

Fundação Dr. Francisco Cruz

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Prestação de serviços	35	451 117,63	444 466,88
Subsídios à exploração	36	385 926,24	357 449,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(69 436,49)	(65 173,42)
Fornecimentos e serviços externos	41	(226 741,46)	(215 462,66)
Gastos com o pessoal	42	(539 755,72)	(569 028,24)
Outros rendimentos e ganhos	45	10 374,74	11 090,70
Outros gastos e perdas	46	(354,48)	(343,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11 130,46	(37 000,91)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(18 480,10)	(19 551,98)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(7 349,64)	(56 552,89)
Resultado antes de impostos		(7 349,64)	(56 552,89)
Resultado líquido do período		(7 349,64)	(56 552,89)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Primeiro Senhor de Cruz Dr. João Paulo
José Augusto M. A. Pinheiro

Fundação Dr. Francisco Cruz
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.22</u>	<u>31.Dez.21</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		456 598,80	443 544,43
Pagamentos a fornecedores		(292 104,13)	(221 096,10)
Pagamentos ao pessoal		(528 346,71)	(525 728,09)
Caixa gerada pelas operações		<u>(363 852,04)</u>	<u>(303 279,76)</u>
Outros recebimentos/pagamentos		406 731,81	277 741,79
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>42 879,77</u>	<u>(25 537,97)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		11 634,12	(8 410,54)
		<u>11 634,12</u>	<u>(8 410,54)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		716,17	951,12
		<u>716,17</u>	<u>951,12</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>12 350,29</u>	<u>(7 459,42)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>55 230,06</u>	<u>(32 997,39)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>462 327,02</u>	<u>495 324,41</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>517 557,08</u>	<u>462 327,02</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Rosa Lucrecia Sanchez de Cruz P. de Lencastre
José Augusto G. A. Pimenta